

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 025/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 000.364/2026

CONTRATANTE (UASG)

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA (453714)

OBJETO

Aquisição de material de consumo, mais especificamente de material de expediente, para atender às demandas do Projeto 409-UFMS - Contrato nº 138/2023 - Formação de profissionais da Educação Infantil no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com foco na oralidade, leitura e escrita, sob a Coordenação da Prof.^a Larissa da Silva Barcelos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 252.299,54 (Duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/07/2026 às 09:30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA

ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO (ITEM 104 SUPERIOR A R\$ 80.000,00)

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
8. DOS RECURSOS.....	17
9. DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO.....	17
10. DA PROTEÇÃO DE DADOS.....	18
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 000.364/2026

Torna-se público para conhecimento dos interessados que a **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA – FAPEC**, por meio do Departamento de Compras e Serviços, sediada na Avenida Eduardo Elias Zahran, nº 529, Vila Glória, CEP: 79.004-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de material de consumo, mais especificamente de material de expediente, para atender às demandas do *Projeto 409-UFMS - Contrato nº 138/2023 - Formação de profissionais da Educação Infantil no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com foco na oralidade, leitura e escrita*, sob a Coordenação da Prof.^a Larissa da Silva Barcelos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.11. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.16.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por MENOR PREÇO; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do Termo de Referência.

4.2. Deverá ser apresentado especificação quanto dos módulos a serem abordados, bem como o quantitativo de horas dedicados a cada módulo do curso de aperfeiçoamento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

4.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

4.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

4.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, frete, encargos trabalhistas, tributários (ICMS, ISSQN e etc.), comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, **inclusive o diferencial de alíquota de ICMS (TVE, DIFAL)**.

4.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.10. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.11.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Considerando que foi adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, se houver, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do

porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- 5.19.2.2. Empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido no Termo de Referência.
- 5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de eventual utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto da atividade econômica desenvolvida e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no item 6.7. e no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela FAPEC;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do Coordenador do Projeto ou do próprio Concedente, na busca pela *expertise* da área especializada no objeto.

7. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. A empresa participante deverá demonstrar que suas atividades econômicas estão de acordo com a natureza do objeto social, conforme registrado em seu contrato social ou estatuto, devidamente atualizado na Junta Comercial, devendo, também, ser compatível com o objeto deste certame.

7.2. Comprovação de aptidão para prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou, em caso de prestação plurianual em execução, se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior

7.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada, inclusive por meio eletrônico.
- 7.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.9. Com exceção dos atestados de capacidade técnica, se for o caso, os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ter prazo de validade expresso ou estabelecido em Lei e, em caso de omissão, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da emissão.
- 7.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.13. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.15. A participação poderá ser exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 7.15.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (*Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º*):

7.18.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.18.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (*art. 4º do Decreto nº 8.538/2015*).

7.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

9. DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

9.1. A contratada se obriga, sob as penas previstas no contrato e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a

legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da contratante.

9.2. A contratada declara e garante que não está envolvido ou irá se envolver, direta ou indiretamente, durante o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

9.3. A contratada declara e garante que não se encontra (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental; e (iv) sujeita a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental.

9.4. A contratada declara que não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a contratante e/ou seus negócios.

9.5. A contratada declara que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo.

9.6. A contratada se obriga a notificar prontamente, por escrito, à contratante a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

9.7. O não cumprimento pela contratada das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta cláusula será considerado uma infração grave ao contrato e conferirá à contratante o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a contratada responsável por eventuais perdas e danos.

10. DA PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. O Licitante vencedor obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta.

10.2. No manuseio dos dados o Licitante vencedor deverá:

10.2.1. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE e, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo;

10.2.2. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida;

10.2.3. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da contratante;

10.2.4. Garantir, por si próprio, a confidencialidade dos dados que tiver acesso em decorrência deste contrato, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à contratante.

10.3. Os dados pessoais que tiver acesso não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

10.3.1. Caso a Licitante vencedora seja obrigado por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

10.4. A Licitante vencedora deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

10.4.1. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

10.4.2. Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

10.5. A Licitante vencedora será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à contratante e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pelo contratado de qualquer dos itens previstos nesta cláusula quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5. Fraudar a licitação;
- 11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a FAPEC poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. Advertência;
 - 11.2.2. Multa;
 - 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
 - 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido

a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por intermédio do seguinte endereço eletrônico: licitacao@fapec.org.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a abertura pública observarão o horário de Brasília – DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FAPEC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FAPEC.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e podem ser obtidos por meio do endereço eletrônico licitacao@fapec.org ou ainda, no endereço da FAPEC, sediada à Avenida Eduardo Elias Zahran, nº 529, Vila Glória, Campo Grande – MS.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, todos os documentos publicados neste procedimento, declarando todos os participantes sua ciência, compreensão e cumprimento.

13.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

Campo Grande – MS, *data da assinatura digital*.

JENIFFER NAIARA DE LIMA LOPES
JENIFFER NAIARA DE LIMA LOPES (13 de julho de 2026 16:16:22 EDT)

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA – FAPEC
Jeniffer Naiara de Lima Lopes
Diretora Administrativa e Financeira – FAPEC

Elaborado por
LUANNA DE SÁ ARAÚJO
Analista da Fase Preparatória

1. Edital PE 025.2026(1)

Relatório de auditoria final

2026-07-13

Criado em:	2026-07-13
Por:	Licitacao Fapec (licitacao@fapec.org)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAA3kZiSITOPokSx1CW8vGNOy36OGRkcN4

Histórico de "1. Edital PE 025.2026(1)"

-  Documento criado por Licitacao Fapec (licitacao@fapec.org)
2026-07-13 - 13:44:11 GMT
-  Documento enviado por email para Assinaturas DAF (assinaturasdaf@fapec.org) para assinatura
2026-07-13 - 13:44:18 GMT
-  Email visualizado por Assinaturas DAF (assinaturasdaf@fapec.org)
2026-07-13 - 20:15:15 GMT
-  O signatário Assinaturas DAF (assinaturasdaf@fapec.org) inseriu o nome JENIFFER NAIARA DE LIMA LOPES ao assinar
2026-07-13 - 20:16:20 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por JENIFFER NAIARA DE LIMA LOPES (assinaturasdaf@fapec.org)
Data da assinatura: 2026-07-13 - 20:16:22 GMT - Fonte da hora: servidor - Aparência da assinatura selecionada: TIPO
-  Contrato finalizado.
2026-07-13 - 20:16:22 GMT

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de consumo, mais especificamente de material de expediente, para atender às demandas do Projeto 409-UFMS - Contrato nº 138/2023 - Formação de profissionais da Educação Infantil no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com foco na oralidade, leitura e escrita, sob a Coordenação da Prof.^a Larissa da Silva Barcelos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificação detalhada do objeto:

1.2.1. Lote 1 - Pedido de Compra nº 3433/2026 – Projeto 409

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	<u>KIT PINCEL MARCADOR - AZUL</u> Descrição: Pincel marcador para quadro branco, recarregável, tinta à base de álcool, baixo odor, cor azul, ponta média, fornecido em caixa com 12 unidades.	20	CX.	R\$ 29,80	R\$ 596,00
2.	<u>KIT PINCEL MARCADOR - PRETO</u> Descrição: Pincel marcador para quadro branco, recarregável, tinta à base de álcool, baixo odor, cor preta, ponta média, fornecido em caixa com 12 unidades.	20	CX.	R\$ 30,90	R\$ 618,00
3.	<u>KIT PINCEL MARCADOR - VERMELHO</u> Descrição: Pincel marcador para quadro branco, recarregável, tinta à base de álcool, baixo odor, cor vermelha, ponta média, fornecido em caixa com 12 unidades.	20	CX.	R\$ 29,80	R\$ 596,00
4.	<u>KIT PINCEL MARCADOR - VERDE</u> Descrição: Pincel marcador para quadro branco, recarregável, tinta à base de álcool, baixo odor, cor verde, ponta média, fornecido em caixa com 12 unidades.	20	CX.	R\$ 29,70	R\$ 594,00

5.	<u>BLOCO ADESIVO 76X76</u> Descrição: Bloco adesivo composto por 5 agrupamentos de blocos de notas adesivas no formato quadrado com dimensões de 76 × 76 mm cada, totalizando 450 folhas (90 folhas por bloco). As folhas devem ser autoadesivas reposicionáveis, com adesivo de qualidade que permita colagem e remoção múltiplas sem danificar superfícies nem deixar resíduos, compatível com papéis e superfícies lisas. Cada bloco deve conter uma cor distinta conforme especificado no produto, com cores vivas e identificáveis.	70	UNID.	R\$ 12,10	R\$ 847,00
6.	<u>PILHA AA</u> Descrição: Pilha alcalina AA (LR6), primária, não recarregável, tensão nominal de 1,5 V, com 16 unidades por pacote. Indicada para equipamentos eletrônicos de uso contínuo ou intermitente, tais como controles remotos, mouses e teclados sem fio, lanternas, brinquedos e dispositivos similares. Deve possuir baixa taxa de autodescarga, proteção contra vazamentos em condições normais de uso e armazenamento, ser isenta de mercúrio e cádmio e apresentar prazo de validade mínimo de 5 anos a partir da data de fabricação, devidamente identificado na embalagem e no corpo da pilha, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis às pilhas alcalinas primárias.	240	PCT.	R\$ 54,45	R\$ 13.068,00

7.	<u>PILHA AAA</u> Descrição: Pilha alcalina AAA (LR03), primária, não recarregável, tensão nominal de 1,5 V, com 16 unidades por pacote. Indicada para equipamentos eletrônicos portáteis e de menor porte, tais como controles remotos, relógios, mouses e teclados sem fio, brinquedos e dispositivos eletrônicos similares. Deve possuir baixa taxa de autodescarga, proteção contra vazamentos em condições normais de uso e armazenamento, ser isenta de mercúrio e cádmio e apresentar prazo de validade mínimo de 5 anos a partir da data de fabricação, claramente indicado na embalagem e no corpo da pilha, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis às pilhas alcalinas primárias.	240	PCT.	R\$ 49,99	R\$ 11.997,60
8.	<u>CANETA ESFEROGRÁFICA - AZUL</u> Descrição: Caneta esferográfica, corpo plástico, cor azul, ponta média de 1,0 mm (ou equivalente), tinta à base de óleo, escrita contínua e uniforme, tampa ventilada, com 50 unidades por caixa. Similar ou superior à marca BIC.	42	CX.	R\$ 51,30	R\$ 2.154,60
9.	<u>CANETA ESFEROGRÁFICA - VERMELHO</u> Descrição: Caneta esferográfica, corpo plástico, cor vermelha, ponta média de 1,0 mm (ou equivalente), tinta à base de óleo, escrita contínua e uniforme, tampa ventilada, com 50 unidades por caixa. Similar ou superior à marca BIC.	42	CX.	R\$ 51,30	R\$ 2.154,60

10.	<u>CANETA ESFEROGRÁFICA - PRETO</u> Descrição: Caneta esferográfica, corpo plástico, cor preta, ponta média de 1,0 mm (ou equivalente), tinta à base de óleo, escrita contínua e uniforme, tampa ventilada, com 50 unidades por caixa. Similar ou superior à marca BIC.	42	CX.	R\$ 49,50	R\$ 2.079,00
11.	<u>LÁPIS GRAFITE COM BORRACHA</u> Descrição: Lápis grafite, graduação HB (n 2), corpo em madeira, formato sextavado ou equivalente, com borracha acoplada na extremidade, escrita macia e uniforme, fornecido em caixa com 72 unidades.	100	CX.	R\$ 40,99	R\$ 4.099,00
12.	<u>LÁPIS DE COR - 24 CORES</u> Descrição: Lápis de cor, atóxico, corpo em madeira, formato sextavado ou equivalente, cores vivas e resistentes à luz, escrita macia, indicado para uso escolar e artístico, fornecido em caixa com 24 cores. Similar ou superior à marca Faber Castell.	100	CX.	R\$ 8,00	R\$ 800,00
13.	<u>GIZ DE CERA</u> Descrição: Giz de cera tipo gizão, atóxico, formato anatômico, cores vivas e uniformes, boa cobertura e resistência à quebra, indicado para uso escolar, fornecido em caixa com 12 cores. Similar ou superior à marca Faber Castell.	100	CX.	R\$ 9,17	R\$ 917,00
14.	<u>CANETA HIDROGRÁFICA</u> Descrição: Caneta hidrográfica, tinta lavável, cores intensas e uniformes, ponta redonda com sistema de retração tipo vai e vem, indicada para uso escolar e artístico, fornecida em conjunto com 36 cores,	100	CX.	R\$ 37,50	R\$ 3.750,00

	incluindo no mínimo 4 tons neon. Similar ou superior à marca Faber Castell.				
15.	<u>TINTA GUACHE - PRETA</u> Descrição: Tinta guache, cor preta, tipo temperada, solúvel em água, boa cobertura e secagem adequada, indicada para uso escolar e artístico, acondicionada em embalagem com 250 g. Similar ou superior à marca Acrilex.	100	UNID.	R\$ 5,53	R\$ 553,00
16.	<u>TINTA GUACHE - VERMELHO</u> Descrição: Tinta guache, cor vermelha, tipo temperada, solúvel em água, boa cobertura e secagem adequada, indicada para uso escolar e artístico, acondicionada em embalagem com 250 g. Similar ou superior à marca Acrilex.	100	UNID.	R\$ 4,99	R\$ 499,00
17.	<u>TINTA GUACHE - AMARELO OURO</u> Descrição: Tinta guache, cor amarelo ouro, tipo temperada, solúvel em água, boa cobertura e secagem adequada, indicada para uso escolar e artístico, acondicionada em embalagem com 250 g. Similar ou superior à marca Acrilex.	100	UNID.	R\$ 6,58	R\$ 658,00
18.	<u>TINTA GUACHE - VERDE ESCURO</u> Descrição: Tinta guache, cor verde escuro, tipo temperada, solúvel em água, boa cobertura e secagem adequada, indicada para uso escolar e artístico, acondicionada em embalagem com 250 g. Similar ou superior à marca Acrilex.	100	UNID.	R\$ 4,69	R\$ 469,00

19.	<u>TINTA GUACHE - BRANCO</u> Descrição: Tinta guache, cor branca, tipo temperada, solúvel em água, boa cobertura e secagem adequada, indicada para uso escolar e artístico, acondicionada em embalagem com 250 g. Similar ou superior à marca Acrilex.	100	UNID.	R\$ 5,40	R\$ 540,00
20.	<u>TINTA GUACHE - AZUL ESCURO</u> Descrição: Tinta guache, cor azul escuro, tipo temperada, solúvel em água, boa cobertura e secagem adequada, indicada para uso escolar e artístico, acondicionada em embalagem com 250 g. Similar ou superior à marca Acrilex.	100	UNID.	R\$ 4,85	R\$ 485,00
21.	<u>TINTA GUACHE - AZUL CLARO</u> Descrição: Tinta guache, cor azul claro, tipo temperada, solúvel em água, boa cobertura e secagem adequada, indicada para uso escolar e artístico, acondicionada em embalagem com 250 g. Similar ou superior à marca Acrilex.	100	UNID.	R\$ 4,99	R\$ 499,00
22.	<u>KIT PINCÉIS</u> Descrição: Kit de pincéis, composto por 12 unidades, com comprimento aproximado de 15 cm, cerdas sintéticas, contendo pincéis com ponta redonda e ponta chata, indicados para uso escolar e artístico.	40	CX.	R\$ 37,66	R\$ 1.506,40
23.	<u>PAPEL SULFITE A4 - ROSA</u> Descrição: Papel tipo sulfite, formato A4 (210 mm x 297 mm), cor rosa, gramatura mínima de 75 g/m, fornecido em pacote com 500 folhas.	40	RESMA	R\$ 34,83	R\$ 1.393,20

24.	<u>PAPEL SULFITE A4 - VERDE</u> Descrição: Papel tipo sulfite, formato A4 (210 mm x 297 mm), cor verde, gramatura mínima de 75 g/m, fornecido em pacote com 500 folhas.	40	RESMA	R\$ 34,83	R\$ 1.393,20
25.	<u>PAPEL SULFITE A4 - AZUL</u> Descrição: Papel tipo sulfite, formato A4 (210 mm x 297 mm), cor azul, gramatura mínima de 75 g/m, fornecido em pacote com 500 folhas.	40	RESMA	R\$ 34,83	R\$ 1.393,20
26.	<u>PAPEL SULFITE A4 - AMARELO</u> Descrição: Papel tipo sulfite, formato A4 (210 mm x 297 mm), cor amarela, gramatura mínima de 75 g/m, fornecido em pacote com 500 folhas.	40	RESMA	R\$ 32,00	R\$ 1.280,00
27.	<u>CRACHÁ DE PAPEL COM CORDINHA</u> Descrição: Crachá tipo credencial, confeccionado em papel cartão, gramatura aproximada de 300 g/m, dimensões de 10 cm x 14 cm, cor branca, acompanhado de cordinha para uso no pescoço (nylon ou poliéster), 340 unidades. Sem personalização.	340	UNID.	R\$ 4,50	R\$ 1.530,00
28.	<u>PASTA</u> Descrição: Pasta em papel cartão, cor branca, formato ofício, com elástico para fechamento, resistente ao manuseio, indicada para organização e arquivamento de documentos.	400	UNID.	R\$ 4,33	R\$ 1.732,00
29.	<u>KIT ORGANIZADOR - METAL</u> Descrição: Kit organizador de escritório, composto por 3 peças: 1 bandeja para documentos, 1 porta-canetas e 1 lixeira de	40	UNID.	R\$ 77,91	R\$ 3.116,40

	mesa, confeccionados em material plástico resistente, cor preta, indicados para organização de ambiente de trabalho. Medidas aproximadas: Lixeira 10 Litros - 27x23,5x18,5cm (Altura x Diâmetro da boca x Diâmetro da base); Bandeja Organizadora de Mesa Tamanho: 4x27,5x35cm (Altura x Largura x Comprimento); e Porta-canetas redondo - 10x9cm (Altura x Diâmetro).				
30.	<u>KIT ORGANIZADOR - COURO</u> Descrição: Kit organizador de escritório, composto por 6 peças, sendo: 1 porta-lápis (7 x 7 x 10), 1 porta-copos (10 x 10), 1 mouse pad (21 x 21), 1 risque-rabisque formato A4 (32 x 24), 1 risque-rabisque formato A5 (17 x 24) e 1 porta-trecos (15 x 15), todos com dimensões aproximadas em cm. Confeccionados em material sintético tipo couro ecológico ou similar, com espessura aproximada de 1,4 mm, acabamento uniforme, cor preta, indicados para uso em ambiente administrativo.	10	UNID.	R\$ 351,00	R\$ 3.510,00
31.	<u>KIT TESOURAS</u> Descrição: Kit de tesouras multiuso, composto por 3 unidades, confeccionadas em aço inoxidável, com cabos anatômicos, indicadas para uso em escritório, escola e atividades de artesanato, contendo tesouras com comprimentos aproximados de 14 cm, 20 cm e 22 cm.	40	UNID.	R\$ 25,90	R\$ 1.036,00
32.	<u>KIT GRAMPEADOR GRANDE + GRAMPOS</u>	15	UNID.	R\$ 23,85	R\$ 357,75

	Descrição: Kit grampeador de mesa, tamanho grande, confeccionado em material metálico, com base antiderrapante, capacidade mínima para grampos padrão 26/6 ou equivalente, indicado para uso em escritório, acompanhado de 5.000 grampos compatíveis. Similar ou superior à marca Masterprint.				
33.	<u>KIT PINCÉIS CHATOS</u> Descrição: Pincel tipo chato, com cerdas sintéticas, cabo em material resistente, indicado para uso escolar e artístico, composto por 4 unidades de cada numeração: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18 e 20, totalizando 40 pincéis.	40	UNID.	R\$ 47,33	R\$ 1.893,20
34.	<u>FITA ADESIVA</u> Descrição: Fita adesiva para empacotamento, transparente ou marrom, confeccionada em material plástico tipo polipropileno, com adesivo acrílico, largura aproximada de 45 mm e comprimento aproximado de 40 m.	10	UNID.	R\$ 5,28	R\$ 52,80
35.	<u>FITA ADESIVA DUPLA FACE</u> Descrição: Fita adesiva dupla face, em papel, largura aproximada de 12 mm e comprimento aproximado de 10 m, acondicionada em pote plástico com 35 rolos.	10	PCT.	R\$ 124,68	R\$ 1.246,80
36.	<u>BORRACHA BRANCA</u> Descrição: Borracha escolar, cor branca, confeccionada em borracha natural ou material sintético equivalente, macia, que não manche o papel, indicada para apagar	100	UNID.	R\$ 1,17	R\$ 117,00

	escrita a lápis, tamanho médio, conforme padrão comercial equivalente ao modelo n 20. Medidas aproximadas: 4,2 x 2,9 x 1 cm.				
37.	<u>APONTADOR SIMPLES SEM DEPÓSITO</u> Descrição: Apontador simples, cores sortidas, corpo em material plástico, formato retangular, sem depósito, indicado para lápis grafite, fornecido em caixa com 24 unidades.	10	CX.	R\$ 7,96	R\$ 79,60
38.	<u>COLA BRANCA</u> Descrição: Cola branca tipo PVA, atóxica, solúvel em água, indicada para uso escolar e de escritório, acondicionada em frasco com 90 g.	30	UNID.	R\$ 2,40	R\$ 72,00
39.	<u>BARBANTE NATURAL</u> Descrição: Barbante natural, confeccionado em fibras têxteis, composição aproximada de 85% algodão e 15% poliéster, espessura equivalente ao padrão comercial n 8, indicado para amarração e uso geral, fornecido em rolo com peso aproximado de 700 g e metragem aproximada de 525 m.	4	ROLO	R\$ 22,39	R\$ 89,56
40.	<u>TINTA GUACHE - 6 CORES</u> Descrição: Tinta guache, solúvel em água, indicada para uso escolar e artístico, acondicionada em embalagem contendo 6 unidades de 15 ml cada.	40	CX.	R\$ 6,50	R\$ 260,00
41.	<u>CANETA HIDROGRÁFICA PONTA FINA</u> Descrição: Caneta hidrográfica escolar, ponta fina, tinta lavável, cores intensas e	20	CX.	R\$ 5,00	R\$ 100,00

	uniformes, indicada para uso escolar, fornecida em caixa com 12 cores.				
42.	<u>GRAMPEADOR MANUAL</u> Descrição: Grampeador manual, confeccionado em alumínio, compatível com grampos de 6 mm a 14 mm, com dimensões mínimas de 11,5 cm x 5,5 cm x 3,5 cm (C x L x A), capacidade máxima para grampear até 20 (vinte) folhas de papel 75 g/m por operação, indicado para uso em escritório.	3	UNID.	R\$ 10,15	R\$ 30,45
43.	<u>RÉGUA 30 CM</u> Descrição: Régua escolar, comprimento de 30 cm, confeccionada em material plástico transparente, com graduação em milímetros, indicada para uso escolar e de escritório.	5	UNID.	R\$ 1,55	R\$ 7,75
44.	<u>PAPEL SULFITE A4 - AMARELO</u> Descrição: Papel sulfite, formato A4 (210 mm x 297 mm), cor amarela, gramatura mínima de 75 g/m, fornecido em pacote com 100 folhas.	10	RESMA	R\$ 12,80	R\$ 128,00
45.	<u>LÁPIS DE COR - 12 CORES</u> Descrição: Lápis de cor, atóxico, corpo em madeira, cores vivas e uniformes, indicado para uso escolar, fornecido em caixa com 12 cores.	40	CX.	R\$ 9,50	R\$ 380,00
46.	<u>KIT CAIXAS DE GRAMPO 26/6</u> Descrição: Kit composto por 10 caixas de grampos metálicos galvanizados, padrão 26/6, contendo 1.000 grampos em cada caixa, compatíveis com grampeadores de mesa para uso em escritório.	1	CX.	R\$ 15,00	R\$ 15,00

47.	<u>COLA GLITTER</u> Descrição: Cola glitter, atóxica, indicada para uso escolar e artístico, acondicionada em frascos de 23 g, nas cores azul, vermelho, verde, ouro e prata, sendo 4 unidades de cada cor, totalizando 20 unidades.	20	UNID.	R\$ 4,03	R\$ 80,60
48.	<u>LÁPIS GRAFITE</u> Descrição: Lápis grafite, cor preto, graduação HB (n 2), corpo em madeira, formato sextavado ou equivalente, escrita macia e uniforme, indicado para uso escolar e de escritório.	100	UNID.	R\$ 0,32	R\$ 32,00
49.	<u>PAPEL KRAFT PARDO</u> Descrição: Papel tipo semi kraft (papel pardo), indicado para embalagem e envelopamento, fornecido em bobina com largura aproximada de 60 cm, comprimento aproximado de 200 m e peso aproximado de 10 kg.	2	UNID.	R\$ 165,60	R\$ 331,20
50.	<u>CARTOLINA - BRANCA</u> Descrição: Cartolina, cor branca, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 1,10	R\$ 22,00
51.	<u>CARTOLINA - ROSA</u> Descrição: Cartolina, cor rosa, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 1,47	R\$ 29,40
52.	<u>CARTOLINA - VERMELHO</u> Descrição: Cartolina, cor vermelha, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 1,15	R\$ 23,00
53.	<u>CARTOLINA - AZUL CLARO</u> Descrição: Cartolina, cor azul claro, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 1,28	R\$ 25,60

54.	<u>CARTOLINA - AZUL ESCURO</u> Descrição: Cartolina, cor azul escuro, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 1,01	R\$ 20,20
55.	<u>CARTOLINA - VERDE CLARO</u> Descrição: Cartolina, cor verde claro, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 1,49	R\$ 29,80
56.	<u>CARTOLINA - VERDE ESCURO</u> Descrição: Cartolina, cor verde escuro, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 1,47	R\$ 29,40
57.	<u>CARTOLINA - LARANJA</u> Descrição: Cartolina, cor laranja, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 0,82	R\$ 16,40
58.	<u>CARTOLINA - PRETO</u> Descrição: Cartolina, cor preta, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 0,85	R\$ 17,00
59.	<u>CARTOLINA - MARROM</u> Descrição: Cartolina, cor marrom, dimensões aproximadas de 66 cm x 48 cm.	20	UNID.	R\$ 1,01	R\$ 20,20
60.	<u>MASSA DE MODELAR</u> Descrição: Massa para modelar, atóxica, macia, cores sortidas, indicada para uso escolar, fornecida em embalagem contendo 6 potes de 150 g cada.	40	CX.	R\$ 4,32	R\$ 172,80
61.	<u>PAPÉIS COLOR SET</u> Descrição: Papel criativo colorido, formato A4 (210 mm x 297 mm), gramatura de 110 g/m, indicado para uso escolar e artístico, fornecido em embalagem com 24 folhas, em cores variadas.	10	PCT.	R\$ 8,15	R\$ 81,50
62.	<u>KIT LANTEJOULAS - VERMELHO</u> Descrição: Lantejoula metalizada, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, cor	20	PCT.	R\$ 84,88	R\$ 1.697,60

	vermelha, indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.				
63.	<u>KIT LANTEJOULAS - PINK</u> Descrição: Lantejoula metalizada, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, cor pink/'rosa choque', indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.	20	PCT.	R\$ 78,11	R\$ 1.562,20
64.	<u>KIT LANTEJOULAS - VERDE</u> Descrição: Lantejoula metalizada, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, cor verde, indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.	20	PCT.	R\$ 79,00	R\$ 1.580,00
65.	<u>KIT LANTEJOULAS - PRATA</u> Descrição: Lantejoula metalizada, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, cor prata, indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.	20	PCT.	R\$ 98,41	R\$ 1.968,20
66.	<u>KIT LANTEJOULAS - AZUL CLARO</u> Descrição: Lantejoula metalizada, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, cor azul claro, indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.	10	PCT.	R\$ 88,71	R\$ 887,10
67.	<u>KIT LANTEJOULAS - AZUL ROYAL</u> Descrição: Lantejoula metalizada, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, cor azul royal, indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.	20	PCT.	R\$ 80,64	R\$ 1.612,80

68.	<u>KIT LANTEJOULAS - PRETO</u> Descrição: Lantejoula metalizada, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, cor preta, indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.	20	PCT.	R\$ 79,00	R\$ 1.580,00
69.	<u>KIT LANTEJOULAS - MARROM</u> Descrição: Lantejoula metalizada, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, cor marrom, indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.	20	PCT.	R\$ 79,00	R\$ 1.580,00
70.	<u>KIT LANTEJOULAS - ROSA</u> Descrição: Lantejoula metalizada, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, cor rosa, indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.	20	PCT.	R\$ 83,66	R\$ 1.673,20
71.	<u>KIT LANTEJOURAS - TRANSPARENTE</u> Descrição: Lantejoula transparente, com furo central, diâmetro aproximado de 6 mm, indicada para uso em trabalhos escolares e artesanato, fornecida em pacote com 1.000 unidades.	20	PCT.	R\$ 79,00	R\$ 1.580,00
72.	<u>PAPEL CARTÃO - BRANCO</u> Descrição: Papel cartão, cor branca, gramatura de 110 g/m, dimensões aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.	1	PCT.	R\$ 29,00	R\$ 29,00
73.	<u>PAPEL CARTÃO - PRETO</u> Descrição: Papel cartão, cor preta, gramatura de 110 g/m, dimensões	1	PCT.	R\$ 45,52	R\$ 45,52

	aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.				
74.	<u>PAPEL CARTÃO - MARROM</u> Descrição: Papel cartão, cor marrom, gramatura de 110 g/m, dimensões aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.	1	PCT.	R\$ 45,52	R\$ 45,52
75.	<u>PAPEL CARTÃO - ROSA</u> Descrição: Papel cartão, cor rosa, gramatura de 110 g/m, dimensões aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.	1	PCT.	R\$ 21,20	R\$ 21,20
76.	<u>PAPEL CARTÃO - VERMELHO</u> Descrição: Papel cartão, cor vermelha, gramatura de 110 g/m, dimensões aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.	1	PCT.	R\$ 45,52	R\$ 45,52
77.	<u>PAPEL CARTÃO - AZUL CLARO</u> Descrição: Papel cartão, cor azul claro, gramatura de 110 g/m, dimensões aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.	1	PCT.	R\$ 21,20	R\$ 21,20
78.	<u>PAPEL CARTÃO - AZUL ESCURO</u> Descrição: Papel cartão, cor azul escuro, gramatura de 110 g/m, dimensões aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.	1	PCT.	R\$ 24,65	R\$ 24,65
79.	<u>PAPEL CARTÃO - VERDE CLARO</u> Descrição: Papel cartão, cor verde claro, gramatura de 110 g/m, dimensões aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.	1	PCT.	R\$ 24,65	R\$ 24,65

80.	<u>PAPEL CARTÃO - VERDE ESCURO</u> Descrição: Papel cartão, cor verde escuro, gramatura de 110 g/m, dimensões aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.	1	PCT.	R\$ 45,52	R\$ 45,52
81.	<u>PAPEL CARTÃO - LARANJA</u> Descrição: Papel cartão, cor laranja, gramatura de 110 g/m, dimensões aproximadas de 48 cm x 66 cm, fornecido em pacote contendo 20 folhas.	1	PCT.	R\$ 45,52	R\$ 45,52
82.	<u>EVA - AMARELO</u> Descrição: Folha de EVA, cor amarela, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,79	R\$ 89,50
83.	<u>EVA - VERMELHO</u> Descrição: Folha de EVA, cor vermelha, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 2,53	R\$ 126,50
84.	<u>EVA - BRANCO</u> Descrição: Folha de EVA, cor branca, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,99	R\$ 99,50
85.	<u>EVA - CINZA</u> Descrição: Folha de EVA, cor cinza, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,64	R\$ 82,00
86.	<u>EVA - LARANJA</u> Descrição: Folha de EVA, cor laranja, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8	50	UNID.	R\$ 1,59	R\$ 79,50

	mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.				
87.	<u>EVA - ROXO</u> Descrição: Folha de EVA, cor roxo, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,78	R\$ 89,00
88.	<u>EVA - MARROM</u> Descrição: Folha de EVA, cor marrom, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,40	R\$ 70,00
89.	<u>EVA - PRETO</u> Descrição: Folha de EVA, cor preta, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,19	R\$ 59,50
90.	<u>EVA - ROSA</u> Descrição: Folha de EVA, cor rosa, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,42	R\$ 71,00
91.	<u>EVA - PINK</u> Descrição: Folha de EVA, cor pink (rosa choque), superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,73	R\$ 86,50
92.	<u>EVA - AZUL ROYAL</u> Descrição: Folha de EVA, cor azul royal, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,99	R\$ 99,50

93.	<u>EVA - AZUL BEBÊ</u> Descrição: Folha de EVA, cor azul bebê, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,26	R\$ 63,00
94.	<u>EVA - VERDE BANDEIRA</u> Descrição: Folha de EVA, cor verde bandeira, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 1,50	R\$ 75,00
95.	<u>EVA - VERDE CLARO</u> Descrição: Folha de EVA, cor verde claro, superfície lisa, espessura aproximada de 1,8 mm, dimensões aproximadas de 60 cm x 40 cm.	50	UNID.	R\$ 2,85	R\$ 142,50
96.	<u>KIT 10 BLOCOS DE NOTA</u> Descrição: Kit composto por 10 blocos de papel em branco sem pauta, indicados para anotações e rascunhos, com dimensões aproximadas de 10 cm x 7 cm x 1 cm, com 100 folhas cada, fornecidos em formato colado ou equivalente.	30	PCT.	R\$ 13,00	R\$ 390,00
97.	<u>KIT 10 FITAS CREPE LARGAS</u> Descrição: Fita crepe larga, fabricada em papel crepado, com adesivo sensível à pressão, indicada para fixação em superfícies diversas e fácil remoção, largura aproximada de 48 mm e comprimento aproximado de 50 m por rolo, fornecida em pacote com 10 rolos.	50	PCT.	R\$ 78,16	R\$ 3.908,00
98.	<u>KIT 4 FITAS ADESIVAS</u> <u>TRANSPARENTES</u>	130	PCT.	R\$ 11,84	R\$ 1.539,20

	Descrição: Fita adesiva transparente para empacotamento, confeccionada em filme de polipropileno (PP), com adesivo tipo hot melt, largura aproximada de 45 mm e comprimento aproximado de 100 m por rolo, resistente à tração e ao rasgo, indicada para fechamento e lacração de embalagens, fornecida em kit com 4 rolos.				
99.	<u>FITA DUPLA FACE - BRANCO</u> Descrição: Fita dupla face, cor branca, indicada para fixação em superfícies diversas, largura aproximada de 48 mm e comprimento aproximado de 30 m por rolo.	325	UNID.	R\$ 62,77	R\$ 20.400,25
100.	<u>ARGOLA PARA CHAVEIRO, CORRENTE E PITÃO</u> Descrição: Conjunto contendo 100 argolas metálicas para chaveiro, acabamento niquelado, compostas por argola com diâmetro aproximado de 28 mm, corrente com elo aproximado de 8 mm e mini pitão, indicadas para confecção de chaveiros e trabalhos artesanais.	45	PCT.	R\$ 106,15	R\$ 4.776,75
101.	<u>CADERNO CAPA DURA</u> Descrição: Caderno universitário, capa dura, encadernação em espiral, contendo 10 matérias e 160 folhas, papel interno pautado, indicado para uso escolar ou acadêmico.	60	UNID.	R\$ 18,90	R\$ 1.134,00
102.	<u>ESTILETE GRANDE</u> Descrição: Estilete grande, corpo em plástico com revestimento emborrachado, lâmina de 18 mm de largura, cor amarela, indicado para corte de papel, papelão e materiais similares, fornecido por unidade.	150	UNID.	R\$ 7,83	R\$ 1.174,50

	Medidas aproximadas: (A x C): 18 x 215 mm.				
103.	<u>TESOURA MULTIUSO</u> Descrição: Tesoura multiuso, comprimento aproximado de 21 cm (8 polegadas), lâminas em aço inoxidável, cabos em material plástico com revestimento emborrachado, indicada para uso em escritório, escola e atividades diversas.	40	UNID.	R\$ 12,17	R\$ 486,80
104.	<u>CAIXA COM 10 RESMAS DE PAPEL SULFITE</u> Descrição: Papel sulfite, formato A4 (210 mm x 297 mm), gramatura de 75 g/m, cor branca, fornecido em caixa contendo 10 resmas, com 500 folhas em cada resma.	300	CX.	R\$ 320,00	R\$ 96.000,00
TOTAL: R\$ 218.737,11					

1.2.2. Lote 2 - Pedido de Compra nº 3515/2026 – Projeto 409

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
105.	<u>ALFINETE PARA MAPA</u> Descrição: Alfinete para mapa, no formato tipo "taça/tulipa" colorida de plástico resistente, tamanho aproximado de 2 cm, com ponta de aço, acondicionado em caixa com 50 unidades.	2	CX.	R\$ 3,02	R\$ 6,04
106.	<u>APONTADOR</u> Descrição: Apontador para lápis, sem reservatório para coleta de resíduos, confeccionado em material plástico	200	UNID.	R\$ 0,31	R\$ 62,00

	resistente colorido, com lâmina em aço de alta durabilidade.				
107.	<u>ARGILA</u> Descrição: Argila escolar natural, própria para modelagem e atividades pedagógicas, de textura macia e homogênea, fácil de moldar, atóxica e segura para uso por estudantes. Acondicionada em embalagem contendo 1 kg, devidamente lacrada, que preserve a umidade e as características do produto.	60	PCT.	R\$ 4,08	R\$ 244,80
108.	<u>AVENTAL JEANS</u> Descrição: Avental em material jeans liso, com alças reguláveis e bolso frontal. Tamanho único, com aproximadamente 78 cm de largura x 52 cm de altura.	200	UNID.	R\$ 49,13	R\$ 9.826,00
109.	<u>BARBANTE 6 FIOS</u> Descrição: Barbante 6 fios, 85% algodão, c/ 101 metros. Similar ou superior à marca Euroroma.	4	ROLO	R\$ 4,84	R\$ 19,36
110.	<u>BLOCO DE PAPEL AUTOADESIVO</u> Descrição: Bloco de papel autoadesivo colorido, utilizado para anotações e lembretes, composto por folhas de papel de boa qualidade, com adesivo na parte superior que permita fixação e remoção sem danificar superfícies, em tamanho padrão aproximado de 76 mm x 76 mm, com quantidade mínima de 100 folhas por bloco.	300	UNID.	R\$ 2,52	R\$ 756,00
111.	<u>BORRACHA BRANCA</u> Descrição: Borracha branca macia, indicada para apagar escrita a lápis em papel,	200	UNID.	R\$ 0,40	R\$ 80,00

	confeccionada em material de boa qualidade. Produto atóxico, com formato retangular ou similar, com dimensões aproximadas de 4,2 x 2,9 x 1 cm; 20,7 g.				
112.	<u>CANETA ESFEROGRÁFICA</u> Descrição: Caneta esferográfica azul, em plástico transparente. Ponta média 1.0 mm, caixa c/ 50 unidades	10	CX.	R\$ 49,80	R\$ 498,00
113.	<u>CANETINHA PONTA FINA</u> Descrição: Conjunto de 12 canetinhas hidrográficas escolares, com ponta fina, cores variadas e vibrantes, indicadas para desenho, pintura e atividades pedagógicas. Corpo em material plástico resistente, tinta à base de água, atóxica e lavável.	30	PCT.	R\$ 4,02	R\$ 120,60
114.	<u>CARTOLINAS COLORIDAS</u> Descrição: Cartolina colorida, utilizada para trabalhos escolares, artísticos e atividades pedagógicas, confeccionada em papel de gramatura adequada, com boa rigidez e acabamento uniforme. Folhas em cores variadas e vivas, sem manchas ou deformações. Dimensões aproximadas de 50 cm x 66 cm ou padrão equivalente. Fornecimento de 10 unidades de cada cor: azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, amarelo, laranja, branca, vermelho, preto, pink ("rosa choque") e rosa.	110	UNID.	R\$ 0,97	R\$ 106,70
115.	<u>PAPEL A4</u> Descrição: Papel sulfite A4, colorido, 75 g, contendo no pacote de 100 folhas papel em 4 cores (amarelo, azul, verde e rosa),	50	PCT.	R\$ 7,64	R\$ 382,00

	210x279mm. Similar ou superior à marca Chamequinho.				
116.	<u>COLA PARA ISOPOR</u> Descrição: Cola para Isopor e EVA, tubo de 90 g. Similar ou superior à marca Acrilex.	4	FRASCO	R\$ 6,07	R\$ 24,28
117.	<u>COLA BRANCA</u> Descrição: Cola branca líquida, à base de PVA (acetato de polivinila), indicada para colagem de papel, papelão, cartolina e materiais similares. Contendo volume aproximado de 90 g.	100	FRASCO	R\$ 1,88	R\$ 188,00
118.	<u>COLA PARA MADEIRA</u> Descrição: Cola para madeira à base de PVA, indicada para colagem de madeira, MDF, compensados laminados e materiais similares. Acondicionada em frasco plástico resistente com bico aplicador, contendo aproximadamente 100 g, devidamente lacrado.	2	FRASCO	R\$ 8,67	R\$ 17,34
119.	<u>CANETA PINCELAquarela</u> Descrição: Conjunto de canetas pincel para aquarela, com ponta flexível tipo pincel, indicado para pintura, ilustração e atividades artísticas. Tinta à base de água, com cores intensas e miscíveis, permitindo efeitos aquarelados. Contendo 12 unidades, com cores variadas.	3	CX.	R\$ 58,12	R\$ 174,36
120.	<u>CRACHÁ</u> Descrição: Crachá de identificação confeccionado em material plástico rígido ou PVC, transparente ou com suporte apropriado para inserção de identificação	600	UNID.	R\$ 2,07	R\$ 1.242,00

	impressa. Deve possuir presilha, clip ou cordão para fixação, garantindo praticidade e segurança no uso. Indicado para identificação de servidores, estudantes ou visitantes em ambientes institucionais. Acabamento resistente e adequado para uso contínuo. Sem personalização.				
121.	<u>ENVELOPE AMARELO</u> Descrição: Envelope tipo saco, confeccionado em papel kraft amarelo de boa resistência, indicado para acondicionamento e envio de documentos. Compatível com folhas no formato A4, sem necessidade de dobra. Possui aba para fechamento com cola, acabamento uniforme e adequado para uso administrativo. Dimensões aproximadas de 240 mm x 340 mm.	20	UNID.	R\$ 0,70	R\$ 14,00
122.	<u>ENVELOPE BRANCO</u> Descrição: Envelope confeccionado em papel branco de boa qualidade, resistente, indicado para acondicionamento e envio de documentos. Com fechamento por aba com cola, acabamento uniforme e compatível com folhas no formato A4.	300	UNID.	R\$ 0,92	R\$ 276,00
123.	<u>ENVELOPE PARDO</u> Descrição: Envelope confeccionado em papel kraft pardo de boa resistência, indicado para acondicionamento, proteção e envio de documentos. Possui aba para fechamento com cola, compatível com folhas no formato A4.	300	UNID.	R\$ 0,59	R\$ 177,00

124.	<u>ESPONJA</u> Descrição: Esponja dupla face, composta por uma face macia em espuma e outra face com maior textura, permitindo diferentes formas de aplicação e acabamento em atividades de pintura, artesanato e trabalhos manuais. Dimensões aproximadas de 110 mm x 75 mm x 20 mm, ou padrão comercial equivalente.	30	UNID.	R\$ 3,30	R\$ 99,00
125.	<u>ETIQUETA</u> Descrição: Etiqueta autoadesiva confeccionada em papel de boa qualidade, indicada para identificação e organização de documentos, materiais ou objetos. Produto acondicionado em pacote contendo 25 unidades.	2	PCT.	R\$ 9,30	R\$ 18,60
126.	<u>FITA ADESIVA TRANSPARENTE</u> Descrição: Fita adesiva transparente para uso geral em rolo, confeccionada em filme plástico de polipropileno ou material equivalente, com adesivo de boa aderência. Indicada para fechamento de caixas, pacotes e atividades administrativas. Deve possuir largura aproximada de 45 mm e comprimento de 100 m, com desenrolamento uniforme e boa resistência.	20	UNID.	R\$ 11,80	R\$ 236,00
127.	<u>FITA CREPE</u> Descrição: Fita adesiva tipo crepe, confeccionada em papel crepado com adesivo à base de borracha ou material equivalente, indicada para uso geral em atividades administrativas, escolares, artesanais e de pintura. Dimensões	20	UNID.	R\$ 5,83	R\$ 116,60

	aproximadas de 18 mm de largura por 50 m de comprimento, acondicionada em rolo.				
128.	<u>GIZ DE CERA</u> Descrição: Giz de cera escolar, indicado para desenho e pintura em atividades pedagógicas e artísticas. Confeccionado em material atóxico, com boa pigmentação, cores vivas e fácil aplicação sobre papel e superfícies similares. Acondicionado em caixa contendo 12 cores variadas.	30	CX.	R\$ 2,64	R\$ 79,20
129.	<u>GRAMPEADOR</u> Descrição: Grampeador de mesa, confeccionado em estrutura metálica com base revestida em material plástico ou borracha antiderrapante, indicado para uso administrativo. Compatível com grampos padrão 26/6, com mecanismo resistente e de fácil manuseio. Capacidade aproximada para grampear até 20 folhas de papel (75 g/m), com carregamento prático e acabamento de boa durabilidade.	2	UNID.	R\$ 14,35	R\$ 28,70
130.	<u>GRAMPOS 26/6</u> Descrição: Grampos para grampeador 26/6 (caixa c/ 5000 un).	2	CX.	R\$ 4,20	R\$ 8,40
131.	<u>PINCÉIS</u> Descrição: Conjunto de pincéis artísticos de ponta redonda. Deve conter 6 pincéis de cada tamanho: nº 6, nº 8 e nº 12.	18	UNID.	R\$ 3,68	R\$ 66,24
132.	<u>FELTRO</u> Descrição: Feltro para artesanato, confeccionado em 100% poliéster, indicado para atividades artísticas, escolares e	180	UNID.	R\$ 15,89	R\$ 2.860,20

	trabalhos manuais. Deve conter 10 unidades de cada cor: azul escuro, azul claro, verde escuro, verde claro, amarelo escuro, amarelo claro, rosa escuro, rosa claro, roxo escuro, roxo claro, vermelho escuro, vermelho claro, marrom escuro, marro claro, branco, preto, laranja escuro e laranja claro. Com dimensões aproximadas de 35cm x 50cm cada.				
133.	<u>LÁPIS GRAFITE</u> Descrição: Lápis grafite para escrita e desenho, confeccionado em madeira de boa qualidade, com grafite resistente e de escrita macia. Corpo com formato sextavado ou redondo, apontável, com grafite de graduação HB ou equivalente.	300	UNID.	R\$ 0,38	R\$ 114,00
134.	<u>LAPISEIRA 0.7</u> Descrição: Lapiseira para grafite 0,7 mm, indicada para escrita e desenho técnico ou escolar. Corpo confeccionado em plástico resistente, com mecanismo de avanço do grafite por pressão, borracha apagadora integrada e clip para fixação em bolso ou caderno.	500	UNID.	R\$ 6,26	R\$ 3.130,00
135.	<u>CANETA MARCA-TEXTO</u> Descrição: Caneta marca-texto com ponta chanfrada, indicada para destacar textos em papel. Tinta fluorescente de secagem rápida, com boa visibilidade e sem borrar o papel em condições normais de uso. Corpo confeccionado em material plástico resistente, com tampa de vedação adequada.	25	CX.	R\$ 6,77	R\$ 169,25

	Produto acondicionado em caixa contendo 12 unidades da mesma cor, sendo 5 caixas da cor amarela, 5 da verde, 5 da rosa, 5 da laranja e 5 da azul.				
136.	<u>PALITO DE PICOLÉ</u> Descrição: Palitos de picolé, com ponta redonda, de madeira natural com 100 unidades.	1	PCT.	R\$ 7,66	R\$ 7,66
137.	<u>PAPEL SULFITE A4</u> Descrição: Caixa com 10 resmas de papel sulfite A4, de 75 g, com 500 folhas em cada resma.	4	CX.	R\$ 283,18	R\$ 1.132,72
138.	<u>BLOCO DE DESENHO</u> Descrição: Bloco de desenho branco, gramatura 200, 20 folhas, tamanho 200 x 297mm. Similar ou superior à marca Canson.	20	PCT.	R\$ 7,50	R\$ 150,00
139.	<u>PAPEL COLORSET - PRETO</u> Descrição: Papel tipo Color Set, na cor preta, indicado para trabalhos escolares, artísticos e atividades de artesanato. Com aproximadamente 48 cm x 66 cm. Produto acondicionado em embalagem contendo 10 unidades.	1	PCT.	R\$ 10,49	R\$ 10,49
140.	<u>PAPEL COLORSET - AMARELO</u> Descrição: Papel tipo Color Set, na cor amarela, indicado para trabalhos escolares, artísticos e atividades de artesanato. Com aproximadamente 48 cm x 66 cm. Produto acondicionado em embalagem contendo 10 unidades.	1	PCT.	R\$ 10,01	R\$ 10,01

141.	<u>PAPEL COLORSET - VERMELHO</u> Descrição: Papel tipo Color Set, na cor vermelha, indicado para trabalhos escolares, artísticos e atividades de artesanato. Com aproximadamente 48 cm x 66 cm. Produto acondicionado em embalagem contendo 10 unidades.	1	PCT.	R\$ 10,49	R\$ 10,49
142.	<u>PAPEL COLORSET - BRANCO</u> Descrição: Papel tipo Color Set, na cor branca, indicado para trabalhos escolares, artísticos e atividades de artesanato. Com aproximadamente 48 cm x 66 cm. Produto acondicionado em embalagem contendo 10 unidades.	1	PCT.	R\$ 10,49	R\$ 10,49
143.	<u>FOLHA DE PAPEL CREPOM</u> Descrição: Folha de papel crepom, indicado para atividades escolares, artísticas e trabalhos de artesanato. Cada folha com dimensões aproximadas de 48 cm de largura por 2 m de comprimento. Com 120 folhas de 10 cores (azul, verde, amarelo, vermelho, roxo, rosa, laranja, branco e preto).	1200	UNID.	R\$ 1,16	R\$ 1.392,00
144.	<u>PAPEL KRAFT PARDO</u> Descrição: Rolo de papel semi kraft (papel pardo), indicada para embalagem, proteção e envelopamento de produtos. Dimensões aproximadas de 60 cm de largura por 200 m de comprimento, com peso aproximado de 5 kg por bobina.	2	ROLO	R\$ 116,21	R\$ 232,42
145.	<u>PASTA</u> Descrição: Pasta aba com elástico para arquivamento de documentos, confeccionada em papel cartão ou cartolina	300	UNID.	R\$ 2,79	R\$ 837,00

	plastificada, com aproximadamente 34 cm de comprimento e 23 cm de largura. Indicada para organização e acondicionamento de documentos no formato A4, com acabamento uniforme.				
146.	<u>PASTA PVC</u> Descrição: Pasta com aba elástica, feitas de polipropileno, com um comprimento de 33.2 cm e largura de 22.2 cm, para acomodar folhas no formato A4 e Ofício. Com 90 unidades de cada cor (azul, verde, vermelho, amarelo e transparente).	450	UNID.	R\$ 2,64	R\$ 1.188,00
147.	<u>FILME DE PVC</u> Descrição: Filme de PVC transparente, indicado para embalagem e conservação de alimentos ou proteção de produtos, com boa elasticidade e aderência. Apresentado em rolo com largura aproximada de 28 cm e comprimento de 300 metros.	2	ROLO	R\$ 51,07	R\$ 102,14
148.	<u>PAPEL CELOFANI - AMARELO</u> Descrição: Papel celofane poli escolar, na cor amarela, transparente e flexível, indicado para trabalhos escolares, artísticos e atividades de artesanato. Folha com dimensões aproximadas de 69 cm x 89 cm, conforme padrão comercial.	10	UNID.	R\$ 1,81	R\$ 18,10
149.	<u>PAPEL CELOFANI - VERMELHO</u> Descrição: Papel celofane poli escolar, na cor vermelha, transparente e flexível, indicado para trabalhos escolares, atividades artísticas e artesanato. Folha com dimensões aproximadas de 69 cm x 89 cm, conforme padrão comercial.	10	UNID.	R\$ 1,77	R\$ 17,70

150.	<u>PAPEL CELOFANI - BRANCO</u> Descrição: Papel celofane poli escolar, na cor branca, translúcido e flexível, indicado para trabalhos escolares, atividades artísticas e artesanato. Material com boa resistência e coloração uniforme, adequado para recorte, colagem e decoração. Folha com dimensões aproximadas de 69 cm x 89 cm, conforme padrão comercial.	10	UNID.	R\$ 1,48	R\$ 14,80
151.	<u>PRANCHETA</u> Descrição: Prancheta confeccionada em MDF de boa resistência, equipada com prendedor metálico zincado, adequada para fixação de folhas no formato A4. Com aproximadamente 33 cm de comprimento e 23 cm de largura.	50	UNID.	R\$ 6,24	R\$ 312,00
152.	<u>RÉGUA</u> Descrição: Régua escolar ou administrativa, confeccionada em plástico transparente, acrílico ou material equivalente, com graduação em centímetros e milímetros. Produto reto, com bordas lisas e acabamento uniforme, adequado para medição, desenho e trabalhos pedagógicos ou administrativos. Dimensão aproximada de 30 cm.	10	UNID.	R\$ 0,98	R\$ 9,80
153.	<u>ROLO DE MADEIRA</u> Descrição: Rolo de madeira multiuso, com cabo giratório em material resistente. Comprimento aproximado da superfície de 43 cm, com acabamento liso e uniforme.	40	UNID.	R\$ 23,03	R\$ 921,20
154.	<u>ECOBAG</u> Descrição: Sacola tipo ecobag, confeccionada em algodão cru de boa	200	UNID.	R\$ 6,34	R\$ 1.268,00

	resistência, lisa e sem estampa. Dimensões aproximadas de 30 cm de largura por 40 cm de altura, com alças reforçadas para transporte seguro.				
155.	<u>TESOURA GRANDE</u> Descrição: Tesoura de uso profissional para costura, com comprimento aproximado de 25,3 cm, confeccionada com lâminas em aço inox de alta resistência. Cabo em plástico anatômico, adequado para utilização por destros e canhotos.	5	UNID.	R\$ 19,36	R\$ 96,80
156.	<u>TINTA PARA TECIDO</u> Descrição: Conjunto de tintas para tecido, com 6 cores variadas, com aproximadamente 15 ml cada.	20	CX.	R\$ 18,84	R\$ 376,80
157.	<u>TINTA AQUARELA PROFISIONAL</u> Descrição: Conjunto de tintas aquarela profissionais, contendo 24 cores variadas. Produto não tóxico, de excelente durabilidade e acabamento consistente, acondicionado em estojo ou embalagem única. Similar ou superior à marca Pelikan.	1	CX.	R\$ 15,32	R\$ 15,32
158.	<u>TINTA AQUARELA ESCOLAR</u> Descrição: Conjunto de tintas aquarela para uso escolar, contendo 24 cores variadas. Tinta à base de água, não tóxica, de fácil diluição e secagem rápida, produto acondicionado em estojo ou embalagem única, adequado para transporte.	20	CX.	R\$ 46,21	R\$ 924,20
159.	<u>TINTA GUACHE</u> Descrição: Conjunto de tintas guache (têmpera) em 6 cores variadas. Tintas à base de água, não tóxicas, de fácil aplicação e boa	40	CX.	R\$ 5,18	R\$ 207,20

	cobertura. Cada frasco com 15 ml de tinta, acondicionados em embalagem conjunta adequada para transporte e armazenamento seguro.				
160.	<u>CANETA PARA TECIDO</u> Descrição: Caneta para tecido com dupla ponta, sendo uma fina e a outra grossa. Com 10 unidades de cada cor: azul, verde, vermelho, amarelo, marrom, rosa, pink ("rosa choque"), preta, laranja e roxa.	100	UNID.	R\$ 7,47	R\$ 747,00
161.	<u>FITA DE CETIM</u> Descrição: Fita de cetim em rolo, medindo aproximadamente 38 mm de largura e 50m de comprimento. Com 1 unidades de cada cor: azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, amarelo, laranja, branca, vermelho, preto e rosa.	10	ROLO	R\$ 15,63	R\$ 156,30
162.	<u>FITILHO</u> Descrição: Fitilho em rolo, medindo aproximadamente 30 mm de largura e 50 m de comprimento. Com 1 unidades de cada cor: azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, amarelo, laranja, branca, vermelho, preto e rosa.	10	ROLO	R\$ 2,12	R\$ 21,20
163.	<u>FITILHO METALIZADO</u> Descrição: Fitilho metalizado em rolo, medindo aproximadamente 38 mm de largura e 50 m de comprimento. Com 1 unidades de cada cor: azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, amarelo, laranja, branca, vermelho, preto e rosa.	10	ROLO	R\$ 2,03	R\$ 20,30

164.	<u>FITILHO</u> Descrição: Fitilho em rolo, com aproximadamente 05 mm de largura e 50 m de comprimento, sendo 10 unidades na cor vermelha, 10 unidades na cor verde, 10 unidades na cor branca e 10 unidades na cor amarela.	40	ROLO	R\$ 2,58	R\$ 103,20
165.	<u>PINCÉIS PARA PINTURA</u> Descrição: Conjunto de pincéis, com 12 pincéis para pintura, sendo 6 com ponta fina redonda e 6 com ponta chata, para aquarela, óleo, acrílica e artesanato.	60	CX.	R\$ 27,28	R\$ 1.636,80
166.	<u>TNT</u> Descrição: TNT blister, gramatura 40 g/m, com 3 m x 1,40 m cada. Com 1 unidade para cada cor: azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, amarelo, laranja, branca, vermelho, preto, pink e rosa.	11	UNID.	R\$ 5,02	R\$ 55,22
167.	<u>TOALHA DE MESA</u> Descrição: Toalha de mesa de plástico branca, térmica e impermeável, para mesas, com aproximadamente 3,20 x 1,40 m.	10	UNID.	R\$ 41,64	R\$ 416,40
TOTAL: R\$ 33.562,43					
VALOR GLOBAL (L1 + L2): R\$ 252.299,54					

- 1.3. O custo estimado total da presente aquisição é de **R\$ 252.299,54 (duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme tabela acima.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será contado a partir da assinatura do instrumento contratual e permanecerá vigente até o encerramento do Projeto, previsto para 31 de agosto de 2026.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Este Termo de Referência constitui documento necessário para a aquisição de bens e contempla os parâmetros e descritivos estabelecidos no inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 1.7. Os itens desta aquisição são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei n.

14.133/2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. A Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC desempenha um papel crucial no apoio aos projetos de ensino, pesquisa, extensão e no desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. Com o propósito de atender às demandas desses projetos, especialmente ao projeto de extensão vinculado ao *Contrato nº 138/2023 - Formação de profissionais da Educação Infantil no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com foco na oralidade, leitura e escrita (Projeto 409)*, a FAPEC necessita realizar a aquisição de material de consumo, mais especificamente de material de expediente. Tal medida visa garantir todas as condições de qualidade e eficiência necessárias para a continuidade das atividades do referido projeto, otimizando ao mesmo tempo os recursos financeiros disponíveis.

2.2. A aquisição está direcionada ao atendimento da **Meta 7: “Formação das equipes de formadores estaduais e municipais”**, **Etapla 7.2: “Realização de formações presenciais em cada um dos territórios, cumprindo carga horária total de 68 horas”**, conforme indicado no sistema conveniar pelo solicitante.

2.3. Destaca-se que a necessidade da aquisição se destina ao uso nas formações que estão devidamente alinhadas ao Plano de Trabalho firmado, estando previstas as despesas de custeio necessárias à consecução de seu objetivo geral, que é coordenar o processo formativo de Professores/as da Educação Infantil da Região Centro Oeste do Brasil, a partir do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Ministério da Educação - MEC, tendo como material de base os 9 cadernos e mais encarte do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (UFMG).

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Trata-se da aquisição de material de consumo, mais especificamente de material de expediente, para atender às demandas do Contrato nº 138/2023.

3.2. Salienta-se que o valor total estimado para esta aquisição é de **R\$ 252.299,54 (duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos)**. Diante desta circunstância, a modalidade de **pregão eletrônico** se mostra a mais adequada, utilizando o critério de julgamento pelo **"menor preço"**, conforme as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022.

3.3. Este procedimento está alinhado com a natureza do objeto, assegurando a conformidade e transparência do processo licitatório, possibilitando uma competição saudável entre os potenciais fornecedores e garantindo o melhor custo-benefício para a Administração Pública.

4. DOS REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A execução da contratação deverá considerar características ou componentes sustentáveis sempre que possível, além de pautar-se no uso racional de recursos e equipamentos, a fim de evitar o desperdício e prevenir a geração excessiva de resíduos, em conformidade com as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela FAPEC.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente aquisição houve a indicação de marcas, características e modelos como referência.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência de garantia contratual para a presente aquisição, por se tratar de bens comuns, bem como porque o pagamento somente ocorrerá após o aceite definitivo do objeto, com o ateste da Nota Fiscal, minimizando possíveis riscos para a Administração.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O FORNECEDOR, após o recebimento da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviço (AF/OS) emitida pelo Departamento de Compras e Serviços da FAPEC, responsabilizar-se-á pela entrega dos materiais em **até 30 (trinta) dias**.

5.1.1. As entregas deverão ocorrer dentro da vigência do Projeto.

5.2. Os materiais elencados neste procedimento deverão ser entregues no seguinte endereço:

Local de Entrega: Av. Capitão Olinto Mancini, nº 1662 – Faculdade de Educação, Centro, Três Lagoas/MS – CEP: 79603-011.

Tel.: (67) 3509-3750 – Direção do CPTL.

Observação de Entrega: A/C Cássio Neris (18 99762-6463) ou Larissa Barcelos (67 99243-9366).

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Ao aceitar a incumbência, o FORNECEDOR compromete-se com as obrigações de disponibilização previstas neste Termo de Referência.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA

6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila após comunicação da contratante.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

Fiscalização

- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 7.6.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 7.6.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 7.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Modalidade e critério de julgamento

8.1. O FORNECEDOR será selecionado, por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR LOTE.

8.1.1. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote justifica-se pela necessidade de otimizar a gestão da contratação, evitando a fragmentação do fornecimento entre diversos fornecedores, o que poderia acarretar maior complexidade administrativa no acompanhamento da execução contratual. Ademais, a contratação por lote proporciona maior eficiência na gestão do contrato, facilita o controle das entregas, assegura melhor planejamento do abastecimento e possibilita a responsabilização centralizada por eventuais falhas no fornecimento.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa contratada e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 8.3.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.3.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.3.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.3.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.3.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.3.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

Habilitação Jurídica

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

- 8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

8.13. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.20. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.26.3. A contratada deverá demonstrar que suas atividades econômicas estão de acordo com a natureza do objeto social, conforme registrado em seu contrato social ou estatuto, devidamente atualizado na junta comercial, devendo, também, ser compatível com o objeto deste Termo de Referência.

8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.27.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.28. O FORNECEDOR deverá demonstrar que suas atividades econômicas estão de acordo com a natureza do objeto social, conforme registrado em seu contrato social ou estatuto, devidamente atualizado na junta comercial, devendo, também, ser compatível com o objeto deste Termo de Referência.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

9.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, procedendo-se às observações, se necessário.

9.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.9.1. O prazo de validade;
- 9.9.2. A data da emissão;
- 9.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.9.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 9.9.5. O valor a pagar; e
- 9.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.23. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

9.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

9.25. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

9.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

9.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

9.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA FAPEC

- 10.1. Efetuar o pagamento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste Termo de Referência.
- 10.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados do FORNECEDOR, com relação ao objeto deste Termo de Referência.
- 10.3. Fornecer, antecipadamente, todas as informações necessárias para a boa execução do objeto.
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução das condições acordadas por meio de um representante especialmente designado.
- 10.5. Notificar, por escrito, ao FORNECEDOR, ocorrência de eventuais imperfeições ou falhas do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção.
- 10.6. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 11.1. O FORNECEDOR deverá promover a disponibilização dos materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, observados, especialmente, as informações fixadas no item 5 deste Termo de Referência.
- 11.2. O FORNECEDOR deverá efetuar a disponibilização dos materiais em perfeitas condições, utilizando apenas materiais de primeiro uso, originais de fábrica, não se admitindo materiais reconicionados, remanufaturados ou reembalados.
- 11.3. O FORNECEDOR deverá substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, os materiais com avarias, defeitos ou que não atendam as especificações deste Termo de Referência.
- 11.4. As especificações dos materiais que serão adquiridos e suas respectivas quantidades encontram-se descritas no item 1.2. do presente Termo.
- 11.5. Os materiais deverão ser fornecidos em embalagens lacradas e adequadas à sua conservação, contendo a identificação do conteúdo, da quantidade, do lote de fabricação e da garantia, bem como demais informações e condições de comercialização e armazenamento exigidas na legislação em vigor.
- 11.6. Acondicionar os materiais constantes deste Termo de Referência, obrigatoriamente, em embalagem de boa qualidade, não danificada, original da linha de fabricação, sendo vedada a utilização de etiquetas por parte da empresa fornecedora.
- 11.7. Deverão estar impressas em cada embalagem, conforme o caso, as seguintes informações:
 - 11.7.1. Especificações, marca, peso líquido, data de fabricação e vencimento ou período de validade.
 - 11.7.2. Registro no órgão competente, devidamente atualizado.

11.7.3. Registro no Ministério da Saúde, se aplicável.

11.7.4. Número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC).

11.7.5. Indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pela FAPEC.

11.8. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Termo.

11.9. O FORNECEDOR não poderá transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outra empresa.

11.10. O FORNECEDOR deverá indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pela FAPEC.

11.11. O FORNECEDOR deverá aceitar como válidos todos os expedientes enviados por e-mail ao endereço eletrônico indicado.

11.12. **O FORNECEDOR deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, incluindo taxas e tributos (diferencial de alíquota de ICMS), frete (custos e logística de transporte), entre outras, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à FAPEC.**

11.13. Todas as despesas necessárias à perfeita execução (as despesas com funcionários, taxas, impostos, encargos sociais trabalhistas, frete, deslocamento, logística de entrega e etc.) devem estar inclusas nos preços ofertados pelo fornecedor.

11.14. O FORNECEDOR deverá respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Universidade e da FAPEC, sempre que necessário.

11.15. O FORNECEDOR deverá comunicar à FAPEC qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento dos itens e prestar os esclarecimentos cabíveis.

11.16. Manter-se durante todo o contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

12. DAS NORMAS TÉCNICAS

12.1. Os materiais deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto, existentes ou que venham a ser editadas, mais especificamente às seguintes normas:

12.1.1. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e suas regulamentações.

12.1.2. Às normas do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) e suas regulamentações.

12.1.3. Às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e suas regulamentações.

12.1.4. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos e materiais.

12.1.5. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT, do INMETRO e da ANVISA.

13. DA ALTERAÇÃO DO VALOR DA AQUISIÇÃO

13.1. Em conformidade com o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, eventuais acréscimos ou supressões unilaterais por parte da FAPEC ficam limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da aquisição, aceitando o fornecedor referida disposição.

13.2. Caso seja necessária uma alteração em percentual superior ao mencionado, a FAPEC, em conjunto com o coordenador do projeto apoiado, realizará uma análise de viabilidade, considerando o posicionamento do fornecedor.

14. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO

14.1. O custo estimado total da aquisição é **R\$ 252.299,54 (duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme os custos unitários especificados nas tabelas previstas neste Termo de Referência.

14.2. Os valores médios foram obtidos a partir de ampla pesquisa de preços realizada nos autos do respectivo processo administrativo, de acordo com as diretrizes da IN nº 65/2021.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Contrato nº 138/2023 - Formação de profissionais da Educação Infantil no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com foco na oralidade, leitura e escrita (Projeto 409), sob a rubrica “Material de Consumo Nacional” e sub-rubrica “Material de expediente”.

Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 11 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 LUANNA DE SA ARAUJO
Data: 11/06/2026 12:59:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUANNA DE SÁ ARAÚJO

Analista da Fase Preparatória

ANEXO II

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 000/2026

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000 QUE
FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO DE APOIO À
PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA – FAPEC
E**

A **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA - FAPEC**, entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.513.690/0001-50, com sede e foro na cidade de Campo Grande/MS, na Avenida Eduardo Elias Zahran, nº 529, Vila Glória, CEP: 79.004-000, neste ato representado (a) pelo (a) (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o (a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 000, sediado (a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado (a) por (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 000/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de consumo, mais especificamente de material de expediente, para atender às demandas do Projeto 409-UFMS - Contrato nº 138/2023 - Formação de profissionais da Educação Infantil no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com foco na oralidade, leitura e escrita, sob a Coordenação da Prof.^a Larissa da Silva Barcelos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato.

1.2. Objeto da contratação:

1.2.1. Pedido de Compra nº /2026 – Projeto 409

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

1.	...		UNID.	R\$	R\$
TOTAL: R\$					

1.2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.3 O Termo de Referência;

1.2.4 Edital da Licitação;

1.2.5 Proposta da Contratada;

1.2.6 Eventuais anexos divulgados no procedimento eletrônico.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação será contado a partir da assinatura do instrumento contratual e permanecerá vigente até o encerramento do Projeto, previsto para 31 de agosto de 2026.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 A CONTRATADA, após o recebimento da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviço (AF/OS) emitida pelo Departamento de Compras e Serviços da FAPEC, responsabilizar-se-á pela entrega dos materiais em até 30 (trinta) dias.

3.1.1 As entregas deverão ocorrer dentro da vigência do Projeto.

3.2 Os materiais elencados neste procedimento deverão ser entregues no seguinte endereço:

Local de Entrega: Av. Capitão Olinto Mancini, nº 1662 – Faculdade de Educação, Centro, Três Lagoas/MS – CEP: 79603-011.

Tel.: (67) 3509-3750 – Direção do CPTL.

Observação de Entrega: A/C Cássio Neris (18 99762-6463) ou Larissa Barcelos (67 99243-9366).

3.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3 Ao aceitar a incumbência, a CONTRATADA compromete-se com as obrigações de disponibilização previstas no Termo de Referência

Garantia

3.5 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Modelo de Gestão de Contrato

3.6 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.7 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila após comunicação da contratante.

3.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.8.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.8.2 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.8.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

3.9 O fornecedor será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

3.10 O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela FAPEC.

3.11 Somente o fornecedor será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

3.11.1 A inadimplência do fornecedor em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

3.12 As comunicações entre o órgão ou entidade e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.13 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.14 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

complementar de execução da contratada, quando houver do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

Fiscalização

3.15 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.15.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

3.15.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

3.16 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

3.17 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

3.18 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

3.19 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

3.20 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

4 CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6 CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 Os materiais serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, procedendo-se às observações, se necessário.

6.1.1 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.2 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.3.1 O prazo de validade;

6.3.2 A data da emissão;

6.3.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.3.4 O período respectivo de execução do contrato;

6.3.5 O valor a pagar; e

6.3.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.11 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

6.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

6.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

6.18 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

6.19 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.20 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.21 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

6.22 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

6.23 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

7.5 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.6 Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Efetuar o pagamento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste Contrato.

8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, com relação ao objeto deste Contrato.

8.3 Fornecer, antecipadamente, todas as informações necessárias para a boa execução do objeto.

8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução das condições acordadas por meio de um representante especialmente designado.

8.5 Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições ou falhas do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção.

8.6 Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas.

8.7 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A CONTRATADA deverá promover a disponibilização dos materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, observados, especialmente, as informações fixadas no item 3 deste Contrato.

9.2 A CONTRATADA deverá efetuar a disponibilização dos materiais em perfeitas condições, utilizando apenas materiais de primeiro uso, originais de fábrica, não se admitindo materiais reconicionados, remanufaturados ou reembalados.

9.3 A CONTRATADA deverá substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, os materiais com avarias, defeitos ou que não atendam as especificações deste Contrato.

9.4 As especificações dos materiais que serão adquiridos e suas respectivas quantidades encontram-se descritas no item 1.2. do presente Contrato.

9.5 Os materiais deverão ser fornecidos em embalagens lacradas e adequadas à sua conservação, contendo a identificação do conteúdo, da quantidade, do lote de fabricação e da garantia, bem como demais informações e condições de comercialização e armazenamento exigidas na legislação em vigor.

9.6 Acondicionar os materiais constantes deste Contrato, obrigatoriamente, em embalagem de boa qualidade, não danificada, original da linha de fabricação, sendo vedada a utilização de etiquetas por parte da empresa fornecedora.

9.7 Deverão estar impressas em cada embalagem, conforme o caso, as seguintes informações:

9.7.1 Especificações, marca, peso líquido, data de fabricação e vencimento ou período de validade.

9.7.2 Registro no órgão competente, devidamente atualizado.

9.7.3 Registro no Ministério da Saúde, se aplicável.

9.7.4 Número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC).

9.7.5 Indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pela CONTRATANTE.

9.8 A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Contrato.

9.9 A CONTRATADA não poderá transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outra empresa.

9.10 A CONTRATADA deverá indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pela CONTRATANTE.

9.11 A CONTRATADA deverá aceitar como válidos todos os expedientes enviados por e-mail ao endereço eletrônico indicado.

9.12 **A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, incluindo taxas e tributos (diferencial de alíquota de ICMS), frete (custos e logística de transporte), entre outras, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.**

9.13 Todas as despesas necessárias à perfeita execução (as despesas com funcionários, taxas, impostos, encargos sociais trabalhistas, frete, deslocamento, logística de entrega e etc.) devem estar inclusas nos preços ofertados pela contratada.

9.14 A CONTRATADA deverá respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Universidade e da CONTRATANTE, sempre que necessário.

9.15 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento dos itens e prestar os esclarecimentos cabíveis.

9.16 Manter-se durante todo o contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a FAPEC a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- d) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

- a) Ficará constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Contrato n.º 138/2023 - Formação de profissionais da Educação Infantil no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com foco na oralidade, leitura e escrita (Projeto 409), sob a **rubrica** “Material de Consumo Nacional” e **sub-rubrica** “Material de expediente”.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum de Mato Grosso do Sul – Comarca de Campo Grande para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campo Grande/MS, data.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA – FAPEC

Marcos Vinicius da Cruz Coelho

Diretor-Presidente

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHA 1:

TESTEMUNHA 2: